

# Cenário de uma revolução psicológica

Scene of a psychological revolution  
Escena de una revolución psicológica

José Antônio Damásio Abib ✉

Universidade Federal de São Carlos

## RESUMO

Propiciamos neste texto um encontro da psicologia da libertação de Ignacio Martín-Baró com a análise do comportamento de J. G. Holland e B. F. Skinner com o intuito de elencar algumas afinidades que aproximam essas duas psicologias. Argumentamos, então, que tais afinidades representam um irresistível estímulo para elaborar o cenário de uma notável revolução psicológica, bem como para aventar a possibilidade de que ela venha a colaborar para libertar os povos latino-americanos (de seus opressores) e as pessoas (do controle das elites). Aludimos, nesse momento, à atmosfera de incerteza que ronda esta frase lancinante: “Não sabemos se a agonia em que entramos é aquela do nascimento ou da morte da humanidade”. E ficamos a refletir, com uma boa dose de ceticismo, mas também de esperança, que talvez ainda nos reste a possibilidade de alumiar nossa práxis psicológica para cooperar com a agonia do nascimento da humanidade.

*Palavras-chave: política; liberdade; revolução; nascimento.*

## ABSTRACT

*In this text we provide a meeting between Ignacio Martín-Baró's liberation psychology and behavior analysis of J. G. Holland and B. F Skinner in order to list some affinities approaching these two psychologies. We argue, then, that such affinities represent an irresistible incentive to develop the scenario of a remarkable psychological revolution, as well as to consider the possibility that it will collaborate to emancipate the Latin American people (from their oppressors) and people (control of the elites). At this time, we allude to the atmosphere of uncertainty surrounding this lancinating phrase: “We do not know the agony we enter is that of the birth or death of humanity”. And we reflect, with a healthy dose of skept-*

*ticism, but also of hope, that perhaps still we have the possibility to lighten our psychological praxis to cooperate with the agony of birth of humanity.*

*Keywords: policy; freedom; revolution; birth.*

## RESUMEN

*En este texto ofrecemos una reunión de la psicología de la liberación, de Ignacio Martín-Baró, con el análisis del comportamiento, de J. G. Holland y B. F. Skinner, señalando algunas similitudes entre estas psicologías. Discutimos que tales afinidades representan un incentivo irresistible para desarrollar el escenario de una revolución psicológica notable, bien como considerar que puede ayudar a liberar al pueblo de América Latina (de sus opresores) y la gente (del control de las élites). Aludimos, en ese momento, el ambiente de incertidumbre que rodea a esta frase punzante: “No sabemos si la agonía que entramos es la del nacimiento o de la muerte de la humanidad”. Reflexionamos, con una buena dosis de escepticismo, pero también de esperanza, que quizás tenemos la posibilidad de iluminar nuestra praxis psicológica para cooperar con la agonía del nacimiento de la humanidad.*

*Palabras clave: política; la libertad; revolución; nacimiento.*

*Não sabemos se a agonia em que entramos é aquela do nascimento ou da morte da humanidade (Morin, 1981/2010, p. 52)*

Holland (1974) argumenta que a análise do comportamento pode ser de interesse tanto para revolucionários quanto para conservadores. Há razão para todo esse interesse, pois, afinal, de acordo com Skinner (1974), “o comportamento operante é essencialmente o exercício do poder” (pp. 139-140). É evidente, portanto, que nem conservadores nem revolucionários deixariam escapar a oportunidade de se apropriarem de um conjunto impressionante de princípios que explicam como o controle e o contracontrole do comportamento funcionam. Nem tampouco de usá-los visando seus interesses de controle (conservadores) e de contracontrole (revolucionários).

Ignácio Martín-Baró (1986/2006, 1996) desenvolve uma versão de psicologia social que ele denomina de psicologia da libertação. Trata-se de uma psicologia revolucionária em um sentido específico da palavra *revolução* que examinaremos mais tarde.

Nosso objetivo, aqui, consiste em elaborar o cenário de uma revolução psicológica tomando por base a psicologia da libertação de Ignácio Martín-Baró (1986/2006, 1996) e a análise do comportamento de J. G. Holland (1974, 1978) e B. F. Skinner (1957, 1969, 1971, 1974).

Com esse intuito, faremos, inicialmente, uma breve exposição da psicologia da libertação de Ignácio Martín-Baró (1986/2006, 1996) e em seguida elencaremos algumas afinidades que aproximam essas duas tendências da psicologia latino-americana. (Segundo Alarcon (1998), além da psicologia social e da aná-

lise do comportamento, há mais duas tendências na psicologia latino-americana: a psicofísica e a investigação transcultural.)

## **A PSICOLOGIA DA LIBERTAÇÃO DE IGNÁCIO MARTÍN-BARÓ**

Martín-Baró (1996) abre seu texto em que discute o papel do psicólogo referindo-se ao contexto centro-americano como um entrelaçamento de injustiça estrutural, lutas revolucionárias e rebaixamento dos estados nacionais a satélites dos Estados Unidos. Esse estilo mostra prontamente uma feição fundamental do pensamento de Martín-Baró: a necessidade de dominar a história dos povos latino-americanos para compreender a realidade em que vivem.

Martín-Baró (1996) diz-nos que a psicologia da libertação está atenta à miséria que atinge a maioria dos povos latino-americanos e que, inspirada na teologia da libertação, na opção preferencial pelos pobres, dedica-se a investigar os processos psicossociais dos oprimidos. Trata-se, evidentemente, de uma mudança radical do olhar, como pode ser verificado nestas perguntas de Martín-Baró (1986/2006): “Temos tentado delinear a Psicologia educativa desde o analfabeto, a Psicologia do trabalho desde o desempregado, a Psicologia clínica desde o marginalizado?” (p. 12).

Essa nova perspectiva descortina o horizonte de uma nova epistemologia abraçada pela psicologia da libertação. Agora, o psicólogo busca o conhecimento dos processos psicológicos inserindo-os nos contextos e situações de vida dos excluídos, ignorados e desprezados pela sociedade. Mas, apesar de ser fundamental, esse novo ponto de vista não

é suficiente para elaborar uma nova epistemologia, haja vista que é necessário ainda acolher uma nova práxis, a saber, “uma atividade transformadora da realidade que nos permita conhecê-la não só no que é, mas também no que não é, e isso na medida em que tentamos orientá-la até o que deve ser” (Martín-Baró, 1986/2006, p. 12).

Essa nova práxis politiza a psicologia em um sentido distinto da velha práxis dos psicólogos comprometidos com o controle social. A politização da psicologia acontece, seja na velha ou na nova práxis, justamente porque não há assepsia científica que justifique uma práxis neutra. É o que escreve Martín-Baró (1986/2006): “A pretendida assepsia científica tem sido na prática uma aceitação da perspectiva de quem tem o poder e uma atuação da ótica de quem domina” (p. 12). Martín-Baró prossegue comentando que na “prática asséptica”:

Temos trabalhado como psicólogos escolares desde o interesse da direção da escola, e não da comunidade; e como psicólogos do trabalho temos selecionado e treinado o pessoal segundo as exigências do gerente, e não desde os próprios trabalhadores ou de seus sindicatos. (pp. 12-13)

A práxis acolhida pela psicologia da libertação envolve, portanto, uma decisão partidária. Para dizer com as palavras de Martín-Baró (1986/2006): “Certamente, assumir uma perspectiva, envolver-se em uma práxis popular, significa tomar um partido” (p. 13). Mas, tomar um partido não significa necessariamente ser parcial ou abandonar a objetividade científica. Martín-Baró ilustra de modo esclarecedor a possibilidade de conciliar parcialidade partidária e objetividade científica:

Frente à tortura ou ao assassinato, por exemplo, há que se tomar partido, o que não quer dizer que não se possa alcançar a objetividade na compreensão do ato criminoso e de seu autor, torturador ou assassino (p. 13).

O jesuíta espanhol explica, então, que há uma diferença entre dois tipos de parcialidade. Há, de um lado, uma parcialidade solidária com os interesses de classe; e há, de outro lado, uma parcialidade solidária com uma opção ética. Pois, se a opção ética não for considerada, “facilmente condenaremos como assassinato a morte causada pelo guerrilheiro, porém perdoaremos e ainda exaltaremos como ato de heroísmo a morte produzida pelo soldado ou pela polícia” (Martín-Baró, 1986/2006, p. 13).

A psicologia da libertação de Martín-Baró (1986/2006) constitui-se como psicologia política e ética, haja vista que essa nova práxis é uma práxis política norteada por uma práxis ética que tem o poder de “transformar a realidade e de nos transformar” (p. 13). Isso significa dizer, por exemplo, que o psicólogo solidário com essa nova práxis pode vir a transformar a realidade e, conseqüentemente, a transformar a si mesmo.

A psicologia da libertação de Martín-Baró (1986/2006) é uma psicologia da ação. Pois a práxis, como ele disse, é atividade. E, além disso, ao acolher a tese da teologia da libertação que defende a primazia da prática sobre a teoria, Martín-Baró escreve que “para a teologia da libertação, mais importante que as afirmações são as ações, e mais expressivo da fé é o fazer do que o dizer” (p. 11). Logo, a práxis é ação e atividade. (William James (1907/1988) comenta que as palavras *prática* e *prático* vêm da palavra *ação* e Hannah Arendt (1958) esclarece que a ação é um

tipo de atividade, dois outros tipos são o labor e o trabalho.)

Sendo a psicologia da libertação uma psicologia da ação, decorre logicamente que Martín-Baró (1996) se pergunte sobre o *que fazer* da psicologia. Baseado em Paulo Freire, o psicólogo espanhol não só responde que o *que fazer* da psicologia consiste na conscientização, como também explica que se trata de um “termo cunhado por Paulo Freire para caracterizar o processo de transformação pessoal e social que experimentam os oprimidos latino-americanos quando se alfabetizam em dialética com o seu mundo” (p. 16). O processo de alfabetização ilustra de modo exemplar a conscientização, haja vista que nele se aprende “a ler a realidade circundante e a escrever a própria história” (p. 16). Ou ainda, a “dizer a palavra da própria existência, que é pessoal, mas, sobretudo, é coletiva” (p. 16). O processo de conscientização tem o propósito de contribuir com as pessoas e as comunidades para que superem “sua falsa consciência” (p. 16) e alcancem “um saber crítico, sobre si mesmas, sobre seu mundo e sobre sua inserção nesse mundo” (p. 16).

Esse breve retrato da psicologia da libertação de Martín-Baró (1986/2006, 1996) representa apenas alguns aspectos fundamentais de sua obra. Com essa imagem prologal, pretendemos apenas ressaltar que uma psicologia revolucionária no contexto latino-americano pressupõe uma epistemologia entrelaçada com uma ética e uma política comprometidas com a libertação desses povos. Do ponto de vista desse novo horizonte epistemológico, ético e político, há o *que fazer*; há que desenvolver o processo de conscientização junto aos povos latino-americanos na esperança que aprendam a ler a sua própria realidade e a contar a sua própria história.

## IGNÁCIO MARTÍN-BARÓ, J. G. HOLLAND E B. F. SKINNER

Dito isso, é hora de propiciar um encontro da psicologia da libertação de Ignacio Martín-Baró (1986/2006, 1996) com a análise do comportamento de J. G. Holland (1974, 1978) e B. F. Skinner (1957, 1969, 1971, 1974) com o intuito de elencar algumas afinidades que aproximam essas duas psicologias. Cabe ressaltar, desde logo, que a possibilidade de haver afinidades envolvendo essas psicologias foi observada pelo próprio Martín-Baró (1996) ao escrever que “é importante enfatizar que esta visão da psicologia [da libertação] não descarta a análise do comportamento” (p. 15). Quais são, então, essas afinidades?

A perspectiva epistemológica abraçada por Martín-Baró (1986/2006) e por Holland (1974) circunscreve a primeira afinidade a aproximar essas duas psicologias. Nesse caso, verificamos um deslocamento do olhar que, da perspectiva de Martín-Baró, move-se dos opressores do povo latino-americano para o povo latino-americano; e que, da perspectiva de Holland, move-se das elites para as pessoas. (Holland (1974) não se detém na análise do conceito de pessoa. Porém, Skinner (1974) esclarece que *pessoa* se refere a “um organismo, um membro da espécie humana, que adquiriu um repertório de comportamento” (p. 167). Esse repertório comportamental é único, o que equivale a dizer que as pessoas têm histórias singulares e identidades próprias.) Em ambos os casos, o movimento é de distanciamento ou de não-envolvimento com os opressores e com as elites. Se fôssemos definir esse olhar, diríamos que ele, além de ser radicalmente

avesso aos opressores e às elites, tem também o grande mérito de evitar a dicotomia elite-massa da teoria das elites, ao se dirigir para o povo e para as pessoas. (Segundo Franco (1987), essa dicotomia reduz a noção de povo ao critério de estratificação social, “confunde-se povo com plebe, proletariado, campesinato, maioria, contrapondo-se o vocábulo à elite, à burguesia, à minoria privilegiada etc.” (pp. 953-955) e segundo Martinez (1997), a teoria das elites foi elaborada para se contrapor à teoria marxista da luta de classes.) Os interesses de Martín-Baró (1986/2006) voltados para a investigação dos processos psicológicos dos excluídos e os interesses de Holland (1974) voltados para aplicação dos princípios comportamentais em benefício das pessoas, circunscrevem a segunda afinidade a aproximar essas duas psicologias. Afinidade essa que se manifesta quando, por um lado, verificamos que, ao discorrer sobre o processo de conscientização de Paulo Freire, bem como sobre o valor da leitura da realidade e de escrever a própria história, Martín-Baró comenta que:

Mediante a gradual decodificação do seu mundo, a pessoa capta os mecanismos que a oprimem e desumanizam, com o que se deruba a consciência que mistifica<sup>1</sup> essa situação como natural e se lhe abre o horizonte para novas possibilidades de ação. (p. 16)

E quando, por outro lado, que Holland, ao sugerir que os analistas do comportamento se empenhem em desenvolver aplicações dos princípios comportamentais que sejam úteis para as pessoas, e não para as elites, comenta que:

<sup>1</sup> A consciência mistificadora, a falsa consciência, também é criticada por Skinner (1971) quando denuncia a ilusão de liberdade: sentir-se livre quando não se é livre, quando se está sob controle de reforço positivo, e que, dado o silêncio com que opera esse tipo de controle, ele passa despercebido, e a pessoa sente-se livre quando não é. Kvale (1985) fornece outro exemplo. Passando-lhe a palavra: “Skinner enfatiza que a psicologia não existe em um vácuo social e chama a atenção para as consequências sociais perigosas de uma psicologia idealista e liberal” (p. 242).

Nesse sentido o mais importante para o cientista do comportamento é analisar a operação de controle comportamental em nossa sociedade e comunicar essa análise aos outros de modo que possam preparar-se melhor para o contracontrole. (p. 202)<sup>2</sup>

Segundo Martín-Baró (1996), com o conhecimento dos mecanismos que oprimem e desumanizam, descortina-se o horizonte para novas possibilidades de ação; e segundo Holland, com o conhecimento do controle comportamental, as pessoas tornam-se, em princípio, aptas para exercer o contracontrole. Trata-se, em ambos os casos, de libertação, quer dos mecanismos que oprimem e desumanizam, quer dos controles comportamentais que favorecem a classe dirigente. (De acordo com Martínez (1997), a classe dirigente inclui os dirigentes políticos, econômicos, militares, sociais, religiosos e outros. Trata-se das elites, da classe seleta, que inclui a classe seleta dirigente e a classe seleta não-dirigente, em contraste com a classe não-seleta.)

Os valores abraçados por Martín-Baró (1986/2006) e por Holland (1974) circunscrevem a terceira afinidade a aproximar essas duas psicologias. Martín-Baró solidariza-se com uma ética que ele chama de potenciação das virtudes populares. Inspirado em sua experiência com o povo de El Salvador, Martín-Baró diz-nos que são “virtudes que estão vivas nas tradições populares, na religiosidade popular, e nas estruturas sociais que têm permitido ao povo de El Salvador sobreviver historicamente em condições de opressão e repressão desumanas” (p. 14). Quais são, então, essas virtudes? Martín-Baró diz-nos que são estas: a solidariedade no sofrimen-

to, o sacrifício individual pelo bem coletivo, a fé na capacidade humana de transformar o mundo e a esperança de um amanhã melhor. Holland solidariza-se com os valores de uma sociedade socialista. Quais são, então, esses valores? Holland diz-nos que nessa sociedade:

Cada cidadão é realmente igual tanto em seu status quanto em acesso a necessidades materiais (com nenhuma possibilidade de um grupo acumular riqueza à custa de outros). Logo, não há exploração. Espera-se que haja ênfase na sabedoria do grupo e que a realização individual seja valorizada na medida em que contribua para a realização do grupo, e não para o ganho individual. Numa sociedade assim, espera-se que os velhos sistemas de reforçamento da competição, acumulação de riqueza e ascensão ao sistema de poder da elite sejam substituídos pelo altruísmo. (p. 205)

Holland (1974) comenta que as sociedades socialistas se solidarizaram com esses valores, mas que não conseguiram concretizá-los, dando margem à ascensão de novas elites e à preservação dos valores da velha cultura. Martín-Baró e Holland comprometem-se com uma ética que descortina um horizonte de valores avesso ao *status quo* com o intuito de alumiar a ação transformadora da realidade dos povos latino-americanos e das pessoas.

A psicologia da libertação e a análise do comportamento são psicologias da ação. Aí está a quarta afinidade a aproximar essas duas psicologias. Infelizmente, quando Martín-Baró (1996) comenta que a psicologia da libertação não descarta a análise do

---

<sup>2</sup> Holland (1978) crítica os analistas de comportamento que ficam focados na eliminação dos “problemas” das pessoas, por exemplo, no alcoolismo ou no crime, e “não em modificar as contingências sociais que prevalecem fora do ambiente terapêutico e que continuam a produzir alcoólatras e criminosos” (p. 163).

comportamento, prossegue em tom crítico dizendo que “aprender não é somente elaborar e reforçar uma sequência de estímulos e respostas” (p. 15). Esse é o velho equívoco de se fazer uma leitura da análise do comportamento em termos da psicologia estímulo-resposta. Martín-Baró julga que falta dizer que aprender é “uma forma de relação da pessoa com o seu meio” (p. 15). Mas, vejamos o que diz Skinner (1969): “Nenhuma consideração do intercâmbio entre o organismo e o ambiente será completa até que inclua a ação do ambiente sobre o organismo *após* uma resposta ter sido feita” (p. 5). A prosa de Skinner (1957) é ainda mais clara quando escreve que os “homens agem sobre o mundo, e mudam o mundo, e são modificados, por sua vez, pelas consequências de suas ações” (p. 1). (Kvale (1985) vê nessa declaração de Skinner uma concepção dialética da ação.) Logo, a pessoa não é somente um receptáculo de estímulos: ela também age no mundo, ela também se relaciona com o seu meio. (Na verdade, a psicologia estímulo-resposta não nega a relação do organismo com o seu meio. Ocorre que ela privilegia o impacto do meio sobre o organismo em detrimento do impacto do organismo sobre o meio.) Dessa analogia não decorre, no entanto, que os conceitos de ação de Martín-Baró (1986/2006) e de Skinner (1957, 1969) possam ser equiparados. Com efeito, Martín-Baró entende *ação* no sentido de Max Weber, como “conduta dotada de significação e sentido” (Oliveira, Guzzo, Tizzei, & Silva Neto, 2014, p. 218). E Skinner entende *ação* no sentido do pragmatismo, como ação que produz consequências (Lopes, Laurenti & Abib, 2012). (Essa diferença não significa que não possamos sondar afinidades entre os conceitos de ação de Martín-Baró (1986/2006) e de Skinner (1974). Com efeito, o psicólogo norte-americano

declara que o “comportamento operante é o campo legítimo do propósito e da intenção” (p. 55).)

A relação entre a ação e a consciência circunscreve a quinta afinidade a aproximar essas duas psicologias. Uma pessoa pode agir e produzir consequências que não transformam o mundo. Se uma pessoa age e produz consequências que transformam o mundo ela é transformada por tais transformações. Por exemplo, uma ação revolucionária transforma uma pessoa de um modo que uma ação conservadora não o faz, porque a primeira muda o *status quo* e a segunda apenas o reproduz. São precisamente essas relações que não só aproximam a psicologia da libertação e a análise do comportamento, mas que também se constituem como objeto de interesse, tanto de uma quanto de outra, por ser o ponto de partida da tomada de consciência. Da perspectiva da psicologia da libertação, é no processo de conscientização que as pessoas adquirem um novo saber sobre si: “a pessoa começa a se descobrir em seu domínio sobre a natureza, em sua ação transformadora das coisas, em seu papel ativo nas relações com os demais” (Martín-Baró, 1996, p. 16). Da perspectiva da análise do comportamento, é no contexto de comunidades verbais que as pessoas adquirem consciência de si. Passando a palavra a Skinner (1974):

Todas as espécies, exceto o homem, comportam-se sem saber que o fazem, e presumivelmente isso foi verdadeiro para o homem até que uma comunidade começou a perguntar acerca do comportamento dando origem desse modo à autodescrição do comportamento. Autoconhecimento é de origem social. (p. 169)<sup>3</sup>

<sup>3</sup> Di Nella (2007), em um texto no qual comenta a herança intelectual de Ignacio Martín-Baró, diz-nos que “toda psicologia deverá tornar-se, em algum momento, uma psicologia comunitária” (p. 50). Talvez a noção de comunidade verbal seja o que mais aproxime a análise do comportamento da noção de psicologia comunitária.

Logo, quando uma pessoa transforma o mundo e é transformada por tais transformações, comunidades verbais podem dar início ao processo de autodescrição fazendo perguntas sobre as ações que produziram tais transformações.

## REVOLUÇÃO

A psicologia da libertação e a análise do comportamento oferecem três perspectivas iluminadoras para elaborar o cenário de uma revolução psicológica. O cenário é de compromisso político, ético e epistemológico. Um compromisso político que consiste em fazer uma escolha partidária em favor dos oprimidos e das pessoas. Um compromisso ético que qualifica a parcialidade partidária e preserva a objetividade científica, bem como acolhe as virtudes populares e os valores de uma sociedade socialista. Um compromisso epistemológico entrelaçado com os compromissos político e ético com o intuito de estudar os processos psicológicos dos oprimidos e os controles comportamentais exercidos sobre as pessoas.

Podemos elaborar esse cenário lembrando que um dos *que fazeres* da psicologia da libertação e da análise do comportamento refere-se ao estudo da relação entre a ação e a consciência. Melhor, da relação entre a consciência e as relações de transformação envolvendo as pessoas e o mundo. Da perspectiva da psicologia da libertação, trata-se da relação entre a conscientização e tais relações de transformação. E do ponto de vista da análise do comportamento, trata-se da relação entre as comunidades verbais e tais relações de transformação.

Podemos elaborar ainda mais esse cenário assinando que a psicologia da libertação e a análise do

comportamento são psicologias da liberdade. Com efeito, *libertação* pode se referir à *liberdade* com respeito a algo ou para algo; no primeiro caso, trata-se do conceito negativo de liberdade: *liberdade de*; no segundo, do conceito positivo de liberdade: *liberdade para*. Nas palavras de Ferrater Mora (1986): “Libertação não comporta somente um aspecto negativo, senão também, e até, sobretudo, um positivo, isto é, que há uma libertação ‘para’, que é, em último termo, o que os grupos que se libertam fazem com sua liberdade” (p. 1967).

O ideário de liberdade da psicologia da libertação envolve *liberdade de* mecanismos opressores e da falsa consciência e *liberdade para* realizar as virtudes populares e se envolver com novas ações e com uma crítica sobre si e sobre o mundo. O ideário de liberdade da análise do comportamento envolve *liberdade de* controle aversivo e de controle pelo reforço positivo com consequências aversivas a médio e longo prazo, e *liberdade para* realizar os valores de uma sociedade socialista e exercer o contracontrole com respeito ao controle aversivo e ao controle pelo reforço positivo.

Mas essa imagem da psicologia da libertação e da análise do comportamento é revolucionária? Podemos duvidar. Porque, afinal, ela carece de uma dimensão basilar, e talvez a mais fundamental, da revolução: a violência. Certamente que, sendo psicologias da liberdade, sendo práticas da liberdade, para tomar emprestada uma expressão de Paulo Freire (2014), contêm um germe de violência que é inerente a ações de libertação. No entanto, os meios de que se valem não são violentos. E por essa razão duvidamos de que sejam capazes de transformar radical e abruptamente, não só as estruturas sociais e as instituições políticas e jurídicas, mas também os valores do *status quo*. As-

sim sendo, uma transformação radical e abrupta da sociedade só seria possível mediante a ação violenta. (Pasquino (1986) escreve que “a revolução é a tentativa, acompanhada do uso da violência, de derrubar as autoridades políticas existentes e de substituí-las, a fim de efetuar profundas mudanças nas relações políticas, no ordenamento jurídico-constitucional e na esfera sócio-econômica” (p. 1121). De modo similar, Erös (1987) escreve que a revolução se refere à “substituição brusca e violenta de um governo legalmente constituído (assim como de uma ordem social e jurídica) por outro governo” (p. 1075). No mesmo sentido, Abbagnano (2000) redige que revolução significa “violenta e rápida destruição de um regime político” (p. 858). Por fim, Ferrater-Mora (1984) assinala que, no sentido geral, revolução designa “um tipo de transformação suficientemente radical e suficientemente abrupta para que não se confunda com a mera mudança e com alguma forma de evolução” (p. 2863).)

Mas assim como nem toda violência é revolucionária, o golpe de estado, por exemplo, nem toda revolução é violenta (Cohan, 1981). Gandhi, por exemplo, liderou uma revolução não-violenta que contribuiu para a independência da Índia (Cohan). Com efeito, para realizá-la utilizou o método de não-cooperação (expressão de Mariátegui) e a desobediência civil (Mariátegui, s.d./2005). Mariátegui diz-nos que Gandhi convidou os indianos “a abandonar as escolas e as universidades, a administração e os tribunais” (p. 110). Mariátegui prossegue dizendo que a não-cooperação encaminhava-se para “a desobediência civil e a recusa de pagamento de impostos” (p. 110). Cabe assinalar ainda que Mariátegui (s.d./2005) é reticente com respeito às possibilidades de emancipação da não-cooperação: “Não está provado que a não-cooperação e a não-violência sejam a única via

da emancipação indiana” (p. 112). Enfim, para o pensador marxista peruano, “os revolucionários de todos os cantos têm de escolher entre sofrer a violência e usá-la. Se não se quer que o espírito e a inteligência estejam às ordens da força, é necessário colocar a força às ordens da inteligência e do espírito” (p. 113).) Outro exemplo de revolução não-violenta ocorreu no movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos liderada por Martin Luther King.

Mas, as revoluções não-violentas registram a presença da violência: Gandhi foi assassinado, Martin Luther King foi assassinado, Ignacio Martín-Baró foi assassinado. (Cabe assinalar ainda que Paulo Freire foi perseguido pelo regime militar instalado no Brasil em 1964, o que o obrigou a partir para o exílio onde permaneceu por vários anos, bem como que os teólogos da libertação foram combatidos pelo Papa João Paulo II, por exemplo, a repreensão pública que fez ao sacerdote Ernesto Cardenal, Ministro da Cultura Sandinista, e a ordem que deu ao teólogo Leonardo Boff para permanecer em silêncio.) Os altos setores militares de El Salvador apoiados por assessores norte-americanos expediram uma ordem de extermínio dos “intelectuais acusados de comunistas e terroristas que apoiavam as guerrilhas de resistência” (Oliveira, Guzzo, Tizzei, & Silva Neto, 2014, p. 210). Essa ordem, divulgada em uma campanha de rádio, foi cumprida por soldados a mando do governo. No dia 16 de novembro de 1989, eles invadiram a Universidade Centro-Americana José Simeón Canãs (UCA) e assassinaram Ignacio Martín-Baró, o Reitor da UCA, Ignacio Ellacuría e outros jesuítas. No entanto, a violência desse gênero pode ter outro sentido. Pode significar apenas uma “reação às campanhas de resistência passiva” (Cohan, 1981, p. 27).

Matteucci (1986) esclarece que a “resistência ativa é diferente da passiva: enquanto esta se limita a não-colaboração, a sabotar passivamente, nos ministérios e nas fábricas, as iniciativas do inimigo, aquela o ataca com o fim de desmoralizá-lo, estando a sua máxima manifestação na guerrilha” (p. 1115). Melhor ainda: “Talvez seja a contra-revolução [*sic*], mais que a revolução, que faz erguer o espectro da violência inevitável” (Cohan, p. 27).

Aparentemente, de um modo ou de outro, seja na revolução violenta ou não-violenta, seja na contrarrevolução, na violência restauradora da tradição, na regressão ao *status quo* conservador ou reacionário, a violência mostra seu rosto. Contudo, como já foi assinalado, nem toda violência é revolucionária, o que acontece quando, por exemplo, ela não se faz acompanhar de uma mudança de valores. Algo assim teria ocorrido durante a guerra de independência da Irlanda no período de 1916 a 1926, haja vista que, de acordo com Cohan (1981), “os valores da democracia parlamentar difundidos pelos britânicos dominantes pareciam haver estado presentes antes da guerra da independência e, desde então, essa situação não mudou” (p. 17). Por outro lado, a mudança de valores por si só, sem violência, pode ser suficiente para caracterizar uma revolução, como Cohan ilustra: “Se a dimensão do valor fosse a única utilizada, o Chile, no decorrer da Presidência de Allende, poderia haver experimentado uma revolução” (p. 17). Pois bem, a psicologia da libertação e a análise do comportamento solidarizam-se com um elenco de valores radicalmente opostos aos valores consagrados pelo *status quo* social, político e institucional. A fonte dos valores acolhidos por Martín-Baró (1986/2006) encontra-se na cultura popular, nas tradições e virtudes populares; e a fonte de Holland (1974) encontra-se no ideário de uma

sociedade socialista. São duas psicologias comprometidas com uma revolução não-violenta cujo radicalismo consiste em voltar-se para o futuro sob a luz da contracultura.

## NASCIMENTO

A realidade opressiva dos povos latino-americanos não mudou substancialmente desde o colonialismo e neocolonialismo. Em seu admirável clássico sobre a história da América Latina, *As veias abertas da América Latina*, publicado originalmente em 1970, e reeditado em 2014, Eduardo Galeano narra uma história de horror, violência, saque e violação da soberania nacional e, em 2014, diz-nos que:

O autor lamenta que o livro não tenha perdido atualidade. A história não quer se repetir – o amanhã não quer ser o outro nome do hoje – mas a obrigamos a se converter em destino fatal quando nos negamos a aprender as lições que ela, senhora de muita paciência, nos ensina dia após dia. (p. 5)

De modo análogo podemos dizer que a psicologia da libertação de Ignacio Martín-Baró (1986/2006, 1996) continua sendo atual. Com efeito, Di Nella (2007) comenta que: “Seria impossível pensar uma psicologia política em nossa margem latino-americana, sem ser consequentes com a memória do compromisso ético e intelectual exercido ao largo de toda a sua carreira científica por Ignacio Martín-Baró” (p. 46). Em sentido similar escrevem Oliveira, Guzzo, Tizzei e Silva Neto (2014): “O resgate da obra de Martín-Baró . . . faz-se necessário por sua atualidade e pertinência. Sua teoria faz-se muito viva para a atuação dos psicólogos comprometidos com as maiorias populares, nos dias de hoje” (p. 222).

A análise do comportamento também é atual, apesar de os defensores da revolução cognitiva terem declarado a morte do comportamentalismo por volta dos anos sessenta (Segal & Lachman, 1972; Sperry, 1993). Vejamos, então. Friman, Allen, Kerwin e Larzelere (1993) pesquisaram índices de citação em periódicos de psicologia cognitiva e psicologia do comportamento e mostraram que eles permaneciam altos na psicologia do comportamento sem nenhuma tendência de queda. Além disso, não só as versões de comportamentalismo se diversificam, como também o pensamento de Skinner revela toda a sua atualidade, ao se mostrar capaz, por exemplo, de dialogar com o acalorado debate envolvendo o pensamento moderno e pós-moderno (Abib, 1999; Laurenti, 2012; Moxley, 1999; O'Donohue & Kitchener, 1999).

A referência à cena contemporânea traz à tona a atmosfera de incerteza que ronda o futuro e que foi expressa de modo inquietante por Edgar Morin no título de seu livro *Para onde vai o mundo?*, publicado em 1981 e reeditado em 2010. Podemos responder que o mundo está à deriva e que não sabemos para onde ele vai. Vinte e seis anos depois, Morin (2007/2011) publica outro livro cujo título consiste nesta pergunta lancinante: *Rumo ao abismo? Ensaio sobre o destino da humanidade*. É como se o filósofo francês estivesse intuindo um sentido catastrófico como resposta para sua indagação inicial. Na verdade, já no livro mais antigo ele escrevia: “Não sabemos se a agonia em que entramos é aquela do nascimento ou da morte da humanidade” (p. 52).

Da agonia da morte, da humanidade incendiada, da memória do fogo, os povos latino-americanos sabem lições mil (Galeano, 2013). Quando entre-

gou o último volume, *O século do vento*, sobre o século XX, de sua trilogia, a *Memória do fogo*, seu outro inesquecível clássico sobre a história da América Latina, Galeano nos deixou estas palavras memoráveis:

Desculpe se ficou longo demais. Escrevê-lo foi uma alegria para a mão; e agora me sinto mais que nunca orgulhoso de ter nascido na América, nesta merda, nesta maravilha, durante o século do vento. Mais não digo, porque não quero por palavras no sagrado. Um abraço. Eduardo. (2013, p. 825)

Adeus Galeano (1940-2015). Que, por ora, nós vamos ficando por aqui tentando fazer dessa merda e dessa maravilha a agonia do nascimento.

## REFERÊNCIAS

- Abbagnano, N. (2000). *Dicionário de filosofia* (A. Bosi, Trad.). São Paulo: Martins Fontes.
- Abib, J. A. D. (1999). Behaviorismo radical e discurso pós-moderno. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 15(3), 237-247.
- Alarcón, R. (1998). La investigación psicológica en América Latina un enfoque histórico. *Revista de Psicología*, 11(1), 1-16.
- Arendt, H. (1958). *The human condition*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Cohan, A. S. (1981). *Teorias da revolução* (M. J. M. M. Mendes, Trad.). Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Di Nella, Y. (2007). Ideas para una psicología política en Argentina el siglo XXI: A propósito del artículo de Ignacio Martín-Baró “hacia una psicología de la liberación”. *Re-*

- vista Electrónica de Intervención Psicosocial y Psicología Comunitaria*, 2(1), 46-55.
- Erös, J. S. (1987). Revolução. In Fundação Getulio Vargas (Org.), *Dicionário de ciências sociais* (pp. 1075-1076). Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas.
- Ferrater Mora, J. (1984). *Diccionario de filosofia*. Madrid: Alianza Editorial.
- Ferrater Mora, J. (1986). *Diccionario de filosofia*. Madrid: Alianza Editorial.
- Franco, A. A. de M. (1987). Povo (política). In Fundação Getúlio Vargas (Org.), *Dicionário de ciências sociais* (pp. 953-955). Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- Freire, P. (2014). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Friman, P. C., Allen, K. D., Kerwin, M. L., & Larzelere, R. (1993). Changes in modern psychology: A citation analysis of the kuhnian displacement thesis. *American Psychologist*, 48, 658-664.
- Galeano, E. (2013). *Memória do fogo* (E. Nepomuceno, Trad.). Porto Alegre: L&PM.
- Galeano, E. (2014). *As veias abertas da América Latina* (S. Faraco, Trad.). Porto Alegre: L&PM.
- Holland, J. G. (1974). Are behavioral principles for revolutionaries? In F. S. Keller & E. R. Iñesta (Orgs.), *Behavior modification: Applications to education* (pp. 195-208). New York: Academic Press.
- Holland, J. G. (1978). Behaviorism: Part of the problem or part of the solution? *Journal of Applied Behavioral Analysis*, 11(1), 163-174.
- James, W. (1988). *Pragmatism*. Cambridge: Hackett Publishing. (Originalmente publicado em 1907).
- Kvale, S. (1985). Skinner's radical behaviorism and behavior therapy: An outline for a marxist critique. *Revista Mexicana de Análisis de la Conducta*, 11(3), 239-253.
- Laurenti, C. (2012). O lugar da análise do comportamento no debate científico contemporâneo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28(3), 367-376.
- Lopes, C. E., Laurenti, C., & Abib, J. A. D. (2012). *Conversas pragmatistas sobre comportamentalismo radical: Mundo, homem e ética*. Santo André: ESETec.
- Mariátegui, J. C. (2005). *Do sonho às coisas: Retratos subversivos* (L. B. Pericás, Trad.). São Paulo: Boitempo Editorial. (Originalmente publicado em s.d.).
- Martín-Baró, I. (2006). Hacia una psicología de la liberación. *Revista Electrónica de Intervención Psicosocial Y Psicología Comunitaria*, 1(2), 7-14. (Originalmente publicado em 1986).
- Martín-Baró, I. (1996). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2(1), 7-27.
- Martinez, P. (1997). *A teoria das elites*. São Paulo: Scipione.
- Matteucci, N. (1986). Resistência. In N. Bobbio, N. Matteucci, & G. Pasuino (Orgs.), *Dicionário de política* (L. G. P. P. Cacaís, J. F. G. Lo. Monaco, & R. Dini, Trads.) (pp. 1114-1116). Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Morin, E. (2010). *Para onde vai o mundo?* (F. Morás, Trad.). Petrópolis: Vozes. (Originalmente publicado em 1981).
- Morin, E. (2011). *Rumo ao abismo? Ensaio sobre o destino da humanidade* (E. de A. Carvalho & M. P. Bosco, Trads.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. (Originalmente publicado em 2007).
- Moxley, R. A. (1999). The two Skinners, modern and postmodern. *Behavior and Philosophy*, 27, 97-125.
- O'Donohue, W., & Kitchener, R. (1999). *Handbook of behaviorism*. San Diego: Academic Press.

- Oliveira, L. B., Guzzo, R. S. L., Tizzei, R., P., & Silva Neto, W. M. de F. (2014). Vida e obra de Ignacio Martín-Baró e o paradigma da libertação. *Revista Latinoamericana de Psicologia Social Ignacio Martín-Baró*, 3(1), 205-230.
- Pasquino, G. (1986). Revolução. In N. Bobbio, N. Matteucci, & G. Pasquino (Orgs.), *Dicionário de política* (G. Caçais, J. F. G. Lo Mônico, B. Dini, & C. C. Varrialle, Trans.) (pp. 1121-1131). Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Segal, E. M., & Lachman, R. (1972). Complex behavior or higher mental process: Is there a paradigm shift? *American Psychologist*, 27, 46-55.
- Skinner, B. F. (1957). *Verbal behavior*. New York: Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1969). *Contingencies of reinforcement*. New York: Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1971). *Beyond freedom and dignity*. New York: Alfred A. Knopf.
- Skinner, B. F. (1974). *About behaviorism*. New York: Alfred A. Knopf.
- Sperry, R. W. (1993). The impact and promise of the cognitive revolution. *American Psychologist*, 48, 878-885.